

A PÓLIS GREGA E A RETÓRICA

“Raciocínio Justo: Dar cabo de mim, tu? Quem julgas tu que és?

Raciocínio Injusto: Um Raciocínio.

R. J.: Sim, mas o mais fraco.

R. I.: Pois venço-te na mesma, lá por te gabares de seres mais forte.

R. J.: E com que artimanhas?

R. I.: Inventando ideias cá muito minhas, ideias novas.”

(Aristófanes, *As Nuvens*, vv. 893-896)

Não foi por acaso que escolhi esta passagem para epígrafe: ela ilustra bem, ainda que ironicamente, o desenvolvimento de uma arte que desde sempre teve grande importância entre os Gregos – a retórica.

Esta nem sempre foi uma disciplina de estudo. Na verdade, os seus primeiros mestres surgiram na Sicília, devido à necessidade provocada pela reposição do regime democrático com os processos democráticos daí decorrentes, já em pleno século V a. C. Córax e Tísias de Siracusa terão sido os primeiros a efectuar um manual de retórica. Entretanto, por intermédio de Górgias, este sistema de ensino chegou a Atenas, onde o célebre sofista se instalou como mestre de retórica e de dialéctica. Isso, contudo, não diminui a sua importância, que já se constata nos poemas homéricos. Temos, por um lado, uma grande quantidade de discursos, produzidos em assembleias e consílios, e que exibem um perfeito conhecimento das mais elementares regras da persuasão. Por outro lado, há o exemplo de Fénix, (*Ilíada*, IX. 442-443): este observa a Aquiles que Peleu, ao incumbi-lo da sua educação, o encarregara de ensinar não só a combater valorosamente, mas também a falar bem. Sendo esta uma das mais antigas referências a princípios educativos, é de salientar a importância dada à capacidade de

discursar. Na verdade, era tão importante para o herói homérico enfrentar corajosamente os seus inimigos, como a sua eloquência nas assembleias, de modo a convencer os presentes da razão dos seus argumentos. Aliás, também na *Odisseia* constatamos a sua relevância, nomeadamente quando Atena, disfarçada, aconselha o jovem Telémaco a convocar uma assembleia para expor aos anciãos de Ítaca não só a situação em que se encontra, mas principalmente a sua decisão de ir em busca de notícias de seu pai. Sendo os quatro primeiros cantos da *Odisseia* considerados como a fase final na educação de Telémaco, este é um dos passos que ele tem de dar para se tornar num adulto.

Ao longo dos tempos, diversas obras da literatura grega patenteiam a mesma relevância dada aos discursos, sendo encontrados frequentemente em obras de carácter historiográfico, como as de Heródoto ou Tucídides, por exemplo. Aliás, este último apresenta-nos um bom exemplo de orador, ao reproduzir, na sua *História da Guerra do Peloponeso*, discursos de Péricles. Entre este político e os heróis homéricos há uma grande diferença, visto que o seu objectivo já não era convencer os outros reis, mas o povo, levando-o a colaborar com os seus chefes. Claro que esta diferença de objectivo está estreitamente relacionada com a distinção, patente nas obras referidas, entre os regimes políticos: se na *Iliada* o regime político vigente é a monarquia, na *História da Guerra do Peloponeso* é a democracia.

E esta distinção não é, de todo, de descurar, como tentarei demonstrar. Na verdade, aqueles que podem usar da palavra nas assembleias variam consoante o regime político que vigora. Se não atentemos nos poemas homéricos: são sempre os chefes quem, nas assembleias, apresenta a situação e as soluções possíveis; são eles quem delibera. Ao grosso do exército cabe apoiar, ou não, sonoramente, essas intervenções. No entanto, já aqui nos deparamos com um aspecto relevante na vida dos Gregos – as decisões não são tomadas por um único homem, o que está estreitamente relacionado com o orgulho que os Gregos sentiam por não obedecerem cegamente a um soberano, mas à Lei. De tal modo, que isso foi estabelecido como um dos factores de distinção entre eles e os Bárbaros. Há, na literatura grega, vários vestígios desse respeito pela lei e, simultaneamente, pelo povo. Se um dos exemplos mais referidos é o da *Antígona*, de Sófocles, não devemos esquecer outros, como *As Suplicantes*, de Ésquilo. Neste caso, o respeito pela vontade popular fica bem patente nas palavras do rei de Argos perante as filhas de Dánao. Apesar da insistência das jovens, o rei não as aceita na sua cidade sem primeiro reunir a assembleia e consultar o povo. E ao argumento de que é ele o rei e, por isso, pode decidir sozinho, contrapõe que vivem em democracia, motivo por que deve respeitar a vontade do povo; sem esquecer que acolher as jovens implicava sérias consequências para a cidade, já que significava ter de entrar em guerra com os filhos de Egipto, que as perseguiram. A ele apenas competia expor a situação à assembleia e tentar convencê-la; mas não sobrepor-se à sua vontade.

Este exemplo mostra-nos como a retórica pode ser realmente importante, dado que é ela que concede a um orador os conhecimentos suficientes para mais facilmente convencer o seu auditório. Se atentarmos nalgumas definições de retórica da Antiguidade Clássica, verificamos que está sempre associada à persuasão, já que para Górgias e para os primeiros mestres de retórica ela surge com a função de persuadir, enquanto para Aristóteles (*Retórica*, 1355b) se funda na capacidade para perceber como é que, nas diversas circunstâncias, a persuasão é possível. Importa, porém, perceber de que modo a retórica se tornou tão relevante na vida do cidadão. Mas isso significa uma breve reflexão sobre a evolução da pólis.

A época arcaica foi um período de crises e de grandes transformações. Poetas como Hesíodo, Sólon e Teógnis dão disso testemunho nas suas obras. Essas crises e transformações modificaram

bastante a vida na pólis grega, contribuindo para a evolução dos regimes políticos, por exemplo. Neste aspecto, verificou-se, em geral, o fim da monarquia e o domínio da aristocracia, classe que passou a deter todos os poderes (político, judicial, militar, religioso e económico). O poder era exercido pelo Conselho, onde tinham assento, a título vitalício, os chefes das famílias aristocráticas. Era este Conselho que definia a política da cidade, executada pelos magistrados, também eles escolhidos entre os aristocratas. Do mesmo modo, o domínio da cavalaria contribuía para que também o poder militar se encontrasse nas mãos da aristocracia.

No entanto, a colonização (cujo início se situa no século VII a. C.) veio alterar este estado de coisas, devido às relações comerciais que se desenvolveram entre as colónias e as cidades da Grécia europeia, em especial nos meados do século VII a. C. Na verdade, este comércio contribuiu para o desenvolvimento da indústria, principalmente da cerâmica, bem como para o fomento de novas culturas agrícolas: podendo os cereais ser importados das colónias, verificou-se uma substituição dessa cultura pelas da vinha e da oliveira. Como consequência deram-se grandes alterações económicas, sociais e políticas. Em primeiro lugar, um empobrecimento da população que vivia da agricultura, dado que não só muitos camponeses se viram impossibilitados de beneficiar das novas culturas, como também estas necessitavam de menos mão-de-obra, reduzindo-se, assim, o número de trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, os nobres procuravam obter mais terras para assim poderem desenvolver as novas culturas. Como resultado criou-se uma situação de grande injustiça social, que degenerou em descontentamento e revoltas. Em segundo lugar, enquanto a aristocracia se dedica à agricultura há uma classe de artesãos e de pequenos e médios camponeses que se dedica ao comércio, o que contribui para o rápido enriquecimento de alguns. A posse de riqueza fá-los ambicionar também o poder político e, como este se encontrava associado à posse da terra, logo começam a adquirir propriedades, fazendo com que estas deixem de ser única e simplesmente pertença da nobreza, mas sim de uma minoria endinheirada.

Simultaneamente, entre os finais do século VII e o início do VII a. C., verificam-se alterações também no campo militar, com o desenvolvimento da hoplitia, que vai gerar dois tipos de consequências: aumenta o espírito de solidariedade e a disciplina, visto que, contrariamente ao que sucedia com a cavalaria, na hoplitia o soldado não dependia só de si, mas agia em grupo; possibilita que os cidadãos de recursos médios tenham acesso ao poder militar, o que lhes concedia um papel relevante na vida da cidade. Dada a estreita associação entre o poder militar e o político, estes cidadãos pretendem também participar na vida da pólis através do acesso a cargos políticos.

Por fim, a introdução da moeda, no último quartel do século VII a. C., contribuiu para que surgisse uma nova classe de pessoas, os plutocratas. Tudo isto gerou uma série de conflitos entre as diversas classes que, não raras vezes, conduziram a guerras civis. Com o objectivo de solucionar estes problemas, procedeu-se a diversas reformas e criaram-se os primeiros códigos legislativos, graças à acção de legisladores como Drácon e Sólon, por exemplo. Estes códigos facilitaram a aplicação da justiça e o seu alargamento a uma maior camada da população, mas também contribuíram para o enfraquecimento do poder da aristocracia e para um maior nivelamento social, nomeadamente através da acção dos tiranos – homens provenientes da aristocracia, é verdade, mas com um forte sentimento anti-aristocrático que, apoderando-se do poder pela força, agiram em prol das classes inferiores.

Numa cidade como Atenas, as reformas de Sólon, Pisístrato, Clístenes e Efiltes contribuíram para o desenvolvimento da democracia, com uma clara redução do poder da aristocracia (como se

pode atestar, por exemplo, na redução dos poderes do Areópago). A Eclésia, assembleia a que todos os cidadãos tinham acesso, torna-se no principal órgão da pólis, o órgão deliberativo por excelência, onde cada cidadão pode fazer valer a sua opinião desde que, para isso, seja capaz de persuadir a maioria.

O facto de a democracia ateniense ser uma democracia participativa implicava que todos os cidadãos estivessem aptos a participar nas diversas tarefas da vida pública, o que teve duas consequências: por um lado, a criação de escolas a que todos tinham acesso; por outro, a possibilidade que todos tinham de expressar as suas opiniões nas assembleias, o que exigia um bom domínio da língua e do discurso. Qualquer cidadão tinha necessidade de dominar a estrutura e as figuras do discurso, numa palavra, de possuir conhecimentos de retórica. Como consequência, surgiu uma classe de intelectuais cujo objectivo principal consistia em educar não só os chefes, mas também o homem político – os Sofistas. Centrados sobretudo no homem (“O homem é a medida de todas as coisas, das que existem enquanto existentes, e das que não existem enquanto não existentes.”),¹ apresentam duas modalidades distintas da educação do espírito – a transmissão de um saber enciclopédico e a formação do espírito nos diversos campos. O objectivo da sofística não era ensinar uma verdade, mas ensinar a ter razão, como se percebe pela leitura dos “Raciocínios Duplos”.

De tal modo era hábeis a argumentar que conseguiam refutar qualquer tipo de argumento. A literatura grega possui bons exemplos do que era a argumentação sofista, embora alguns sejam claramente irónicos, como é o caso das *Nuvens*, de Aristófanes. Numa crítica acérrima, Aristófanes apresenta a discussão entre os dois Discursos apresentados na epígrafe, o Justo e o Injusto, cada um deles procurando convencer Fidípides de ser o melhor. O primeiro simboliza a antiga educação, com o respeito pelos valores tradicionais; o segundo é visivelmente o tipo de discurso dos sofistas, que tem argumento para tudo, conseguindo sempre convencer os outros da sua razão (que nem sempre existe).

Outro exemplo da capacidade de argumentação dos Sofistas é o *Elogio de Helena*, de Górgias, cujo autor, pretendendo justificar a falta de Helena ou, melhor dizendo, afirmar que ela não tinha culpa nenhuma do que lhe tinha acontecido, apresenta toda uma série de argumentos circulares para mostrar que a responsabilidade do sucedido (da ida de Helena para Tróia e a consequente a guerra que durou dez anos e terminou com a destruição da cidadela da Ásia Menor, não sem antes terem perecido inúmeros Gregos valorosos) não era de Helena, mas, em última instância, dos deuses.

Finalmente, um último exemplo – o de Eurípides. Distintamente dos seus antecessores, este tragediógrafo reduz as partes corais e dá grande realce ao *agôn*, cena de discussão entre duas personagens tentando convencer uma terceira. Um dos *agones* mais conhecidos das tragédias de Eurípides é entre Hécuba e Helena, nas *Troianas*, em que ambas pretendem persuadir Menelau. Hécuba quer que Helena, enquanto responsável pela destruição de Tróia, seja punida, tentando evitar que Menelau lhe perdoe o adultério. Para isso aduz toda uma série de motivos que podem levar a que Menelau a despreze. Por seu turno Helena, ao ver-se devolvida a Menelau, não quer perder o estatuto que tivera e, por isso, tenta convencê-lo de que não foi por culpa dela que foi para Tróia e permaneceu tanto tempo junto de Páris e de Deífobo. Ambas têm o mesmo objectivo: persuadir Menelau da sua razão. E, apesar da atitude de Menelau (que parece pender para a punição da mulher adúltera), todos sabemos (tal como Hécuba também o sabia) que ele acabou por perdoar a Helena.

As obras referidas mostram-nos claramente a importância da retórica e a importância do seu ensino, entre os Sofistas, com o objectivo de formar cidadãos aptos a participar na vida da pólis.

Não era esta, contudo, a opinião de Aristóteles, que dedicou duas das suas obras a estas duas temáticas – a *Política* e a *Retórica*. Porque à segunda já me referi no número anterior desta revista, limitar-me-ei agora a focar apenas os aspectos estritamente relacionados com a política.

Em primeiro lugar, importa ter em conta que a preocupação de Aristóteles não residia na constituição de uma cidade ideal, à semelhança do que fizera Platão. Aristóteles era, fundamentalmente, um observador. Daí que se tenha ocupado da análise dos diversos elementos da comunidade (o homem, a mulher, o escravo) bem como dos agrupamentos que são constituídos por eles (família, aldeia, cidade). O seu objectivo consiste em demonstrar que é um erro considerar que são idênticas as funções do rei, do governante, do chefe de família², e, por isso, dedica alguma atenção à função do senhor enquanto administrador da casa, à sua relação com a mulher, os filhos e os escravos. Mas, o que importa para o Estagirita é o homem político. E, logo no Livro II, dedica-se à apreciação das opiniões dos que antes dele estudaram as melhores formas de constituição, criticando as propostas de Platão, Hipodamo de Mileto ou mesmo Fáleas de Calcedónia. Antes de ele próprio estabelecer uma teoria da cidadania e das diversas formas de regime político, ainda se ocupa dos regimes realmente existentes no mundo mediterrânico, com particular atenção para os regimes espartano, cretense e cartaginês, bem como da acção de legisladores como Drácon, Sólon ou Filolau de Corinto. Na verdade, estes são aspectos relevantes para o passo seguinte – a definição de cidadão, de cidade, bem como estabelecer em que medida a virtude de um homem bom é idêntica à de um bom cidadão. Só depois disto, é que Aristóteles se ocupa das diversas constituições existentes, que divide em dois grupos: os regimes correctos (realeza, aristocracia e regime constitucional) e os desvios que lhes correspondem (tirania, oligarquia e democracia). O principal factor de distinção entre eles baseia-se no bem comum: os regimes correctos têm-no sempre em vista, enquanto os seus desvios, em vez do interesse da comunidade, visam o interesse pessoal ou de uma camada específica da população. O melhor de todos os regimes será aquele em que o(s) governante(s) visa(m) o interesse comum, o que implica a associação entre ser governado pelo melhor dos homens e pela lei: esta encontra-se isenta de paixão, enquanto o homem, não o estando, tem uma melhor capacidade para decidir nas diversas circunstâncias. Esta é a justificação para a realeza. Mas, com o correr do tempo, verificou-se que não havia apenas um único homem bom, mas um grupo; sendo óbvio que corromper um grupo numeroso de cidadãos era mais difícil do que corromper um grupo mais pequeno, era igualmente evidente que a cidade beneficiaria mais sendo governada por esses homens igualmente bons, do que por um único. E assim à realeza sucede a aristocracia. Acontece que os seus descendentes já não eram tão bons, tão virtuosos, como os seus pais e enriqueceram à custa dos bens públicos. Consequentemente, a cidade deixou de ser governada pelos melhores dos homens (os aristocratas), mas por uma minoria rica que visava apenas o seu próprio proveito – passa, assim, da aristocracia para a oligarquia. A cupidez dos governantes levou-os a diminuir o seu número, dando origem às tiranias (ou seja, o governo de um só homem que visa apenas o seu interesse particular), fortalecendo a população, que se revoltou, originando a democracia. É evidente que os diversos regimes não são fixos, mas sofrem alterações. Para além de mostrar as circunstâncias em que estes governos se alteram, Aristóteles explica

² Cf. Aristóteles, *Política*, 1255b.

também que há formas de preservar um regime melhor, dando uma atenção especial aos regimes monárquicos³.

Não se pode definir qual o melhor regime se não se tiverem em conta a educação dos jovens e a felicidade dos cidadãos, já que o melhor dos regimes será precisamente aquele em que os cidadãos se sentem mais felizes. É, contudo, necessário satisfazer algumas condições para que isso se verifique, como sejam, o território, a população e as características dos cidadãos. E, neste aspecto a educação tem uma função crucial, já que é através dela que os jovens são preparados para serem bons governantes ou bons súbditos.

A importância que Aristóteles dá à felicidade é tal que, na *Retórica*, vai salientar a sua necessidade no papel persuasor do orador. Como nos diz em 1360b, “cada homem em particular e todos em conjunto têm um fim em vista, tanto no que escolhem fazer como no que evitam. Este fim é, em suma, a felicidade e as suas partes. (...) é dela mesma, das acções que para ela tendem e daquelas que lhe são contrárias que versam todos os conselhos e dissuasões. De facto, deve fazer-se o que proporciona a felicidade ou alguma das suas partes, o que a aumenta e não diminui; mas não se deve fazer o que a destrói ou impede, ou produz os seus contrários.”. Dado que isso implica saber em que consiste a felicidade e quais os seus constituintes, Aristóteles define-os com clareza. A primeira pode consistir em diversos aspectos, como sejam, a associação entre o viver bem e a virtude, uma vida auto-suficiente ou, ainda, uma vida agradável e segura, por exemplo. Estes aspectos podem verificar-se em conjunto ou isolados. Os constituintes da felicidade são tudo aquilo que pode contribuir para a sua realização, como nobreza, amigos, riqueza, filhos, velhice, saúde, vigor, beleza, honra, reputação, boa sorte. São estes os aspectos a ter em conta pelo orador, ao persuadir os seus concidadãos, dado que o objectivo da deliberação é o bom e o conveniente para a pólis.

Além disso, Aristóteles defende a utilidade da retórica como contributo para a vitória da verdade:

“Mas a retórica é útil porque a verdade e a justiça são por natureza mais fortes que os seus contrários. De sorte que, se os juízos se não fizerem como convém, a verdade e a justiça serão necessariamente vencidas pelos seus contrários, e isso é digno de censura. (...) Além disso, é preciso ser capaz de argumentar persuasivamente sobre coisas contrárias, como também acontece nos silogismos; não para fazer uma coisa e outra – pois não se deve persuadir o que é imoral – mas para que nos não escape o real estado da questão e para que, sempre que alguém argumentar contra a justiça, nós próprios estejamos habilitados a refutar os seus argumentos. Ora nenhuma das outras artes obtém conclusões sobre contrários por meio de silogismos a não ser a dialéctica e a retórica, pois ambas se ocupam igualmente dos contrários.” (1355a).

Como podemos constatar, a retórica só é importante se contribuir para a vitória da verdade e da justiça. E o autor insiste nesse aspecto ao debruçar-se sobre o discurso deliberativo, precisamente aquele que se ocupa dos assuntos referentes à cidade. É evidente que, para melhor persuadir os cidadãos, o orador deve possuir todo um conjunto de conhecimentos que não se restringem à arte do discurso. Aliás, entre 1359b e 1360a Aristóteles define qual a quantidade de informação que deve possuir quem pretenda dar conselhos sobre qualquer dos temas englobados pelo discurso deliberativo: quem pretender falar sobre as finanças da pólis deve conhecer os

³ Refira-se que o Estagirita apresenta na sua obra (Livro VI) a multiplicidade de formas que os diversos regimes (correctos ou desvios) podem assumir, bem como as características e as formas de preservação de cada um deles.

recursos da mesma e o seu valor, bem como as suas despesas; relativamente à guerra e à paz, importa conhecer o poder e a força da cidade (não só a que já tem, mas ainda a que poderá vir a ter), que forças tem à sua disposição, que guerras já travou e como é que nelas combateu, tal como convém possuir o mesmo tipo de conhecimentos relativamente às cidades vizinhas, por exemplo. No entanto, para que o orador alcance o fim do discurso, a deliberação, importa que dê importância aos aspectos morais, como a felicidade e a justiça acima referidas.

Abstract

This article intends to establish the relation between politics and rhetoric in Ancient Greece. To do so, we begin by referring the relevance of discourse in ancient Greek world, even before the study of rhetoric. The political, social and economic development of the Greek city shows us why the study of rhetoric became so important for the young people. It was necessary to educate good citizens, able to become also good politics. But what is it a good citizen? Is it the same as a good man? And why should politics be so important? These are some of the questions Aristotle answers in his *Politics*. He also establishes how men became to be governed by other – a king, aristocrats, tyrants, or by the people in a democracy – and which are the best governments for the city and those that are not.

There is one thing really important – man's happiness. The best government is the one who cares about men, and city, happiness. And this take us back to rhetoric, as the deliberative genre is intended to persuade the citizens in order that they can decide within virtue, honesty and justice, as these are the ones that can make men happy.

Notas bibliográficas

Aristófanes, 1984, *As Nuvens* (prefácio, tradução e notas de Custódio Magueijo), Lisboa, Editorial Inquérito.

Aristóteles, 1998, *Política* (edição bilingue com nota prévia de João Bettencourt da Câmara, prefácio e revisão literária de Raul Miguel Rosado Fernandes, introdução e revisão científica de Mendo Castro Henriques, tradução e notas de António Campelo do Amaral e Carlos de Carvalho Gomes, índice de conceitos e nomes de Manuel Silvestre), Lisboa, Vega.

Aristóteles, 1998, *Retórica* (introdução de Manuel Alexandre Júnior; tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena), Lisboa, IN-CM.